

## Apresentação

Este número da Revista Brasileira de Linguística Antropológica é dedicado ao tema *Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato*. Aryon Dall’Igna Rodrigues (1993, D.E.L.T.A, v I: 100-101), em seu texto seminal sobre o desaparecimento de povos e línguas indígenas nos últimos quinhentos anos, *Língua Indígenas: 500 anos de descobertas e perdas*, faz o alerta:

*Para atalhar o curso das perdas ocorridas neste meio milênio de confronto entre indígenas e alienígenas nesta parte do mundo, fazem-se necessárias ações energéticas e urgentes, tanto de política social como de política científica, para assegurar o equilíbrio mínimo indispensável para a sobrevivência sadia das minorias em convívio com a sociedade majoritária e para salvar, para os próprios povos indígenas e para a ciência humana, o conhecimento de duzentas línguas que ainda sobrevivem e cuja preservação é irrecusavelmente a obrigação de todos nós, linguistas ou não, que temos condições de perceber a importância das línguas e a gravidade da situação a que foram levadas as minorias linguísticas indígenas.*

Entre as duzentas línguas das minorias indígenas que, nas palavras de Aryon Dall’Igna Rodrigues, “ainda sobrevivem”, devemos acrescentar algumas que ainda não conhecemos, quais sejam, aquelas faladas por populações que permanecem sem contato com a sociedade nacional envolvente. Deve-se assinalar, assim, que as perdas, mas também as descobertas, de povos e línguas indígenas, assinaladas por Aryon em seu artigo não ‘se completaram’, por assim dizer, na América do Sul, muito em função da existência, ainda, de povos isolados e de recente contato, e que a riqueza linguística e sociocultural do continente pode ser ainda maior do que a que conhecemos, já que, na maioria dos casos, muito pouco ou quase nada sabemos sobre as línguas e culturas desses povos sem contato.

Nessa perspectiva, a presente edição põe em evidência a situação dos índios isolados e de recente contato do Brasil e de áreas adjacentes, visando a informação e discussão sobre a situação atual desses povos, as políticas do Estado Brasileiro a eles direcionadas, dentre as quais se destacam as de proteção, que incluem monitoramento, vigilância e localização. Por proteção entende-se, primordialmente, a garantia e defesa de seus territórios originais e de sua vivência nos seus respectivos lugares, e a salvaguarda de quaisquer

interferências alienígenas que venham abalar a sua organização e suas práticas sociais. Quanto ao monitoramento, destacam-se as condições oferecidas pelo Estado brasileiro, extremamente precárias e limitadas, que vão desde a formação de pessoal especializado para esse fim à garantia das ações necessárias à proteção desses povos. Localização é uma ação imprescindível do Estado, uma vez que só se protege aquele que se conhece, sem a necessária prerrogativa do contato.

No presente número, Fabrício F. Amorim trata dos *Povos indígenas isolados no Brasil e da política indigenista desenvolvida para efetivação de seus direitos, sublinhando os avanços, caminhos e ameaças*. Contextualiza tanto a presença de povos isolados no Brasil quanto as ameaças que historicamente os têm exposto a altos níveis de vulnerabilidade em decorrência da política pública desenvolvida pela Funai para promoção de seus direitos e mitigação das ameaças advindas da sociedade ocidental. Erika Magami Yamada e Fabrício Ferreira Amorim, em *Povos indígenas isolados: autonomia e aplicação do direito de consulta*, abordam o direito de autodeterminação dos povos indígenas à luz da Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos dos Povos Indígenas, da Declaração da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Destacam os casos de medidas ou projetos estatais que afetam povos indígenas isolados, violando os seus direitos fundamentais de consulta e consentimento prévio, livre e informado. Ao analisarem três casos (Korúbo e Piripkura no Brasil e Machiguenga-Nanti no Peru) à luz da prática indigenista e do Direito e da Antropologia, mostram que decisões indígenas fundamentadas orientam diferentes estratégias de controle de relações (ou de isolamento) adotadas pelos povos isolados e que essas estratégias autônomas visam diminuir seu grau de vulnerabilidade e provocam tanto uma leitura diferenciada do direito de consulta previsto na Convenção 169 da OIT, quanto a construção de protocolos para o Estado reconhecer, respeitar e proteger os direitos e a vida dos povos indígenas isolados.

Em seu artigo *Experiencia con un pueblo indígena de reciente contacto en el Valle de Yavari*, Sanderson Castro Soares de Oliveira focaliza o caso de contato e de pós-contato dos índios Korúbo, destacando questões centrais para o entendimento do que se define no Brasil como “Indigenismo”, assim como o papel do Estado, a subjetividade dos atores e a natureza incompleta das ações e propostas de políticas públicas.

Felipe Vander Velden contribui com o artigo *Serão eles o que a gente foi? Karitiana, Puruborá e dois povos indígenas isolados em Rondônia*, em que põe em evidência a necessidade premente das populações indígenas vizinhas de povos isolados serem, necessariamente, levadas em conta quando da formulação de políticas para os povos não contactados. O autor mostra que a presença dessas populações vizinhas tem consequências substanciais para as políticas territoriais dos (e relativas aos) isolados. Sua discussão parte da análise

das relações entre dois povos indígenas que vivem em intenso contato com a sociedade “dita nacional ou envolvente – os Karitiana e os Puruborá – e dois grupos em isolamento voluntário em suas respectivas regiões (norte e centro-oeste do estado de Rondônia)”.

O *Uso de recursos naturais pelos Índios Piripkura no Noroeste de Mato Grosso: uma análise do Conhecimento Ecológico Tradicional no contexto da política expansionista do Brasil na Amazônia Meridional*, por Tarcísio da Silva Santos Júnior, Jair Catabriga Candor e Ana Suely Arruda Câmara Cabral, trata das transformações sofridas na região correspondente ao interflúvio Tapajós-Madeira, historicamente habitada pelos índios Tupí-Kawahíva, dentre os quais os Piripkura. É demonstrado que o uso de área mais restrita do território tradicional indígena pelos Piripkura está relacionado às ações de não-índios que interferem diretamente na dinâmica de aproveitamento e ocupação do espaço geográfico pelos índios. O artigo chama a atenção para o fato de que a sobrevivência dos Piripkura, assim como de quaisquer povos indígenas, depende de um território livre de influências antrópicas de não-índios.

Eric Leonardo Jennings Simões, Suely de Brito Pinto e Sandra Ferreira Pena, contribuem neste número com um artigo na área da saúde voltado para povos indígenas de recente contato. Em *Plano de Ação da Equipe de Saúde para o Programa Zo'é*, os autores, servidores da Secretaria Especial de Saúde Indígena - SESAI, com longa e sólida experiência junto a esse povo, defendem que uma das maiores agressões a povos que vivem situação de recente contato é a procura de assistência médica em centros urbanos. De acordo com os autores, quando isso ocorre, os indígenas passam a dividir com os brancos o mesmo espaço físico e recebem as mesmas ações massificadas da área da saúde, sem levar em consideração as particularidades étnicas e culturais de cada povo, de cada indivíduo. Defendem, portanto, a necessidade de manutenção de estrutura física e humana de atenção à saúde na própria área indígena, de forma que continue permitido a assistência em território Zo'é, mesmo que isso envolva a necessidade de procedimentos de média complexidade.

O presente número agrega uma Entrevista com Rieli Franciscato e Antenor Vaz, em que os dois sertanistas e indigenistas constroem um diálogo a partir de experiências compartilhadas. Rieli Franciscato coordena, atualmente, a Frente de Proteção Etnoambiental Uru-Eu-Wau-Wau, e Antenor Vaz atua como consultor em políticas e metodologias de proteção para povos isolados na América do Sul. Na entrevista são contemplados, entre outros temas a “formação de indigenistas para o trabalho de campo com povos indígenas isolados” e o “histórico da política do não contato implantada na segunda metade da década de 1980”. A entrevista, além de apresentar subsídios para a compreensão da atuação dos sertanistas na proteção dos isolados, abre espaço para Rieli Franciscato falar de como se tornou um sertanista, de sua vivência com os Tuparí e com outros povos de Rondônia, assim como da importância do conhecimento pelos

sertanistas/indigenistas de línguas indígenas nas situações de contatos eventuais com povos em isolamento voluntário.

Na seção Relembrando, reproduz-se, em fac-símile, a entrevista com Sidney Possuelo, publicada na *Revista das Águas*, Núcleo de Estudos Amazônicos, 1999. Na apresentação, Kelerson Semereme Costa salienta a importância de se voltar a esse registro, com seus debates e polêmicas, mas também com “causos” saborosos – como em toda boa prosa sertanista.

Com este número, a Revista Brasileira de Linguística Antropológica se associa àqueles que contribuem para a proteção e promoção dos direitos de povos indígenas e de recente contato e abre espaço para contribuições futuras sobre tema de alta relevância para os povos indígenas, para diversas áreas do conhecimento (Linguística, Antropologia, História, Geografia, Arqueologia) e para o debate público que almeja a construção de um Brasil mais plural e defensor do direito à diferença e à autonomia.

*Antenor Vaz*

*Ana Suelly Arruda Câmara Cabral*

*Felipe Vander Velden*

Organizadores desta edição